

www.pwc.com.br

Omnilink
Tecnologia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente





Omnilink Tecnologia S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Omnilink Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omnilink Tecnologia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referida apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

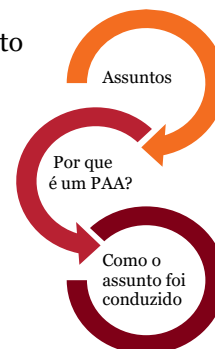
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Omnilink Tecnologia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de contrato com clientes

Conforme divulgado nas Notas 3.10 e 24 - "Reconhecimento de receita" às demonstrações financeiras, as receitas são oriundas substancialmente de venda de equipamentos de rastreamento veicular e pela prestação de serviços de monitoramento e são reconhecidas quando certas condições forem satisfeitas como, transferência do controle, não mantem envolvimento continuado na gestão dos produtos, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade, é provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia e os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. . O reconhecimento de receita envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como, a segregação dos contratos com clientes entre o serviço de monitoramento e venda de equipamentos, conforme critérios descritos nas notas explicativas 3.10 e 24.

Consideramos esta área como de foco de atenção da auditoria, pois é uma área significativa, envolve julgamento da administração e qualquer desvio poderá ocasionar em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- Efetuamos entendimento do ambiente de controle para o fluxo de gestão de contratos com clientes, vendas e recebimentos e leitura dos principais contratos vigentes durante o exercício, atentando para as condições de venda, valores e demais obrigações e direitos;
- Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, considerando o momento que os produtos são entregues, instalados e quando a prestação de serviços de monitoramento se inicia e é aceita pelo cliente;
- Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de vendas com pedidos de clientes, notas fiscais, o efetivo recebimento das vendas e os documentos de transferência de risco e controle dos itens e serviços comercializados, bem como efetuamos o cruzamento de saldo contábil com os livros fiscais da Companhia;
- Realizamos testes em base de lançamentos contábeis da qual foram realizadas inspeções sobre transações não usuais que envolvam as receitas da Companhia.



Omnilink Tecnologia S.A.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são consistentes com as divulgações efetuadas.

Porque é PAA

Projeções utilizadas na avaliação da redução ao valor recuperável dos ágios de combinação de negócios

A Companhia mantém registrado em seu ativo intangível, valores pagos por ágios fundamentados em sinergia e em expectativa de rentabilidade futura, no montante de R\$ 102.858 mil oriundos de combinação de negócios.

A Companhia efetuou o teste do valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo as projeções de fluxos de caixa futuro e a taxa de desconto.

Incluimos esse assunto como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição das unidades geradoras de caixa.

- Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa futuros e taxas de desconto, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, considerando o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis;
- Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa;
- Revisamos análise de sensibilidade elaborada pela Companhia para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados, a metodologia de avaliação do valor recuperável, assim como as divulgações efetuadas sobre o tema, estão consistentes com as evidências obtidas por nós.



Omnilink Tecnologia S.A.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Omnilink Tecnologia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Omnilink Tecnologia S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Sérgio Eduardo Zamora
Signed by: SÉRGIO EDUARDO ZAMORA 15700203802
CPF: 0070203802
Signing Time: 15 de abril de 2025 17:53:08RT
C: ICP-Brasil, OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA-NEB-VS
ICP-Brasil

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-9

Omnilink Tecnologia S.A.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes	4	30.269	4.084
Contas a receber	5	63.847	34.457
Estoques	6	33.949	32.260
Impostos a recuperar	7	4.104	8.547
Adiantamentos	8	3.384	547
Outros créditos		1	15
		135.553	79.910
Não circulante			
Contas a receber	4	2.506	1.395
Impostos diferidos ativos	9	41.297	51.881
Depósitos judiciais		1.260	1.345
Partes relacionadas		1.043	12.615
Outros créditos		337	506
		46.443	67.741
Propriedades para investimento	10	32.171	23.114
Imobilizado	11	36.977	24.843
Direito de uso	12	1.086	1.920
Intangível	13	121.898	120.083
		192.131	169.960
Total do ativo		374.128	317.611

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	15	26.401	15.697
Empréstimos e financiamentos	16	26.890	32.040
Passivos de arrendamento	17	1.150	1.385
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18	4.959	5.795
Impostos a recolher	19	4.192	8.529
Impostos e contribuições parcelados	20	12.816	9.987
Demais passivos circulantes		1.939	840
		78.346	74.273
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	105.589	39.989
Passivos de arrendamento	17	-	612
Impostos e contribuições parcelados	20	24.088	22.307
Partes Relacionadas		-	4.800
Provisões para riscos	22	7.519	6.535
		137.197	74.243
Patrimônio líquido			
Capital social	23	103.669	103.669
Reservas de lucros	23	39.045	56.659
Reserva de incentivos fiscais	23	4.306	3.179
Ajuste de avaliação patrimonial	23	11.565	5.587
Lucros ou prejuízos acumulados		-	-
		158.585	169.094
Total do passivo e patrimônio líquido		374.128	317.611

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida dos produtos		72.227	55.863
Receita líquida dos serviços		185.438	166.743
(=) Receita Líquida	24	257.665	222.606
(-) Custo dos produtos	25	(52.421)	(42.726)
(-) Custo dos serviços	25	(77.381)	(66.881)
(=) Lucro bruto		127.863	112.999
Despesas		(64.126)	(59.998)
(-) Despesas gerais e administrativas	25	(19.662)	(18.774)
(-) Despesas com vendas	25	(32.948)	(26.693)
(-) Despesas com pesquisa e desenvolvimento	25	(7.799)	(4.489)
(-) Depreciação e Amortização	25	(13.226)	(11.487)
Outras receitas e despesas operacionais	25	9.508	1.444
(=) Lucro operacional		63.737	53.001
Receitas financeiras	26	4.656	4.219
Despesas financeiras	26	(28.332)	(32.982)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		40.061	24.238
Imposto de renda e contribuição social corrente		(7.336)	(4.617)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(9.822)	20.426
Lucro líquido do exercício		22.902	40.047
Atribuível a			
Acionista controlador da Companhia		22.902	40.047
		22.902	40.047

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	22.902	40.047
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido		
Ganho de ajustes a valor justo de propriedades para investimento	(9.057)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.079	-
Resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos	16.925	40.047

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	103.669	850	1.144	26.725		5.587	137.975
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.047	-	40.047
Destinações do resultado do exercício							
- Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.329	-	-	(2.329)	-	-
- Constituição de reserva legal	-	-	2.002	-	(2.002)	-	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(8.929)	-	(8.929)
- Constituição de retenção de lucros	-	-	-	26.788	(26.698)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	103.669	3.179	3.146	53.513	-	5.587	169.094
Lucro líquido do exercício	22	-	-	-	22.902	-	22.902
Destinações do resultado do exercício							
- Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	1.127	-	-	(1.127)	-	-
- Constituição de reserva legal	-	-	1.145	-	(1.145)	-	-
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido	-	-	-	-	(5.978)	5.978	-
- Distribuição de dividendos	-	-	-	(18.758)	(14.653)	-	(33.411)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.669	4.306	4.291	34.754	-	11.565	158.585

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.061	24.238
Ajustes para reconciliar lucro do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	12.625	11.810
Baixa de ativo imobilizado e intangível	147	775
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(2.677)	5.055
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	3.745	5.758
Provisão de ajuste a valor presente – clientes	(1.238)	(21)
Mais valia sobre valor justo sobre propriedades para investimento	(9.057)	-
Constituição de provisão para riscos	1.450	642
Atualização monetária sobre fornecedores	4.395	968
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	8.272	4.712
Juros e prêmio sobre debêntures	194	12.401
Juros sobre passivo de arrendamento	-	183
Atualização monetária sobre provisão para riscos	-	510
Atualização monetária sobre indenizações a receber	-	(297)
Juros sobre créditos com pessoas ligadas – mútuo ativo	499	(921)
Juros sobre débitos com pessoas ligadas – mútuo passivo	-	39
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	(8)
	58.415	65.844
Movimentação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(30.502)	(6.948)
Estoques	(1.689)	(12.646)
Impostos a recuperar	15.027	(503)
Depósitos judiciais	84	23
Indenizações a receber	7.936	101
Demais ativos	1.906	1.764
Fornecedores	10.704	(1.473)
Salários, provisão para férias e encargos	(836)	(110)
Impostos e contribuições a recolher	(2.872)	2.513
Impostos e contribuições parcelados	4.610	3.771
Pagamento de provisão para riscos	(466)	(2.040)
Adiantamentos de clientes	957	(413)
Demais passivos	1.192	-
	6.052	(15.961)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	64.467	49.883
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.336)	(4.862)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.459)	(16.501)
Pagamento de juros sobre débitos com empresas ligadas	(499)	(39)
Pagamento de juros de passivos de arrendamento	-	(94)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	46.173	28.387
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(18.480)	(6.005)
Adições ao intangível	(6.328)	(5.050)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24.808)	(11.055)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	126.865	20.483
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(99.603)	(38.096)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(1.844)	(1.844)
Pagamento de dividendos	(15.798)	(1.300)
Créditos com empresas ligadas – valores cedidos	(4.800)	(3.174)
Débitos com empresas ligadas – valores recebidos	-	4.800
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	4.820	(19.131)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.185	(1.799)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.084	5.883
No fim do exercício	30.269	4.084
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.185	(1.799)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Omnilink Tecnologia S.A. ("Omnilink" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, São Paulo. A Omnilink oferece uma integração completa de soluções para gerenciamento de risco, gestão de frotas, rastreamento de veículos, telemetria avançada, iscas eletrônicas de carga e câmeras embarcadas, visando aumentar a eficiência e reduzir os custos operacionais de seus clientes.

A Companhia atua em diversos segmentos, incluindo montadoras, transportadoras, embarcadores, grandes varejistas, frotistas, seguradoras e profissionais autônomos, consolidando-se como referência no mercado. Com foco na inovação orientada para o cliente, a Omnilink desenvolve soluções e serviços que atendem às crescentes demandas do setor.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes contidas nestas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na gestão da Companhia e refletem, de forma fidedigna, sua posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho de suas operações.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 15 de abril de 2025.

b. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, aos quais são mensurados pelo valor justo, e com base na premissa de continuidade de suas operações.

c. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de apresentação das informações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação.

Todos os valores apresentados nesta demonstração financeira estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outro modo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas seguintes práticas contábeis, aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados. A seguir, são detalhados os principais critérios adotados na sua preparação.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.2. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisões para obsolescência, ajustes a valor de mercado, itens danificados ou deteriorados e estoques de baixa movimentação, quando aplicável.

3.3. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

b. Custos subsequentes

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Rastreadores e equipamentos de telemetria em comodato	5 a 7
Equipamentos de informática	3 a 10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 20
Móveis e utensílios	6 a 15
Veículos	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3 a 5
Outros	5 a 10

3.4. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente: ativos intangíveis com vidas úteis definidas adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

a. Ativos intangíveis gerados internamente: Gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo intangível são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Desenvolvimento de produtos e serviços	3 a 7
Softwares	3 a 5

3.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes: a provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Quando aplicável, o imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, anual. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada mensalmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data das demonstrações financeiras, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

3.7. Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo de realização, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b. Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

Ativos financeiros são classificados como reconhecimento inicial ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Com exceção do contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

c. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

e. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros, em operações que não atendem aos critérios para desreconhecimento, não são classificadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contínuo desses ativos pela Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

f. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o valor principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

g. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

h. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- Quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

i. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias e reduzir a exposição aos riscos de mercado, à moeda e taxa de juros.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

Abaixo é demonstrado a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes	Valor justo por meio do resultado	30.269	4.084	30.269	4.084
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado	66.353	35.851	66.353	35.851
Indenizações a receber	Valor justo por meio do resultado	-	7.936	-	7.936
Créditos com empresas ligadas	Valor justo por meio do resultado	13	4.679	13	4.679
Propriedade para investimento	Valor justo por meio do resultado	32.171	23.114	32.171	23.114
Outros créditos	Custo amortizado	3.722	1.067	3.722	1.067
		132.527	76.731	132.527	76.731

Passivos financeiros	Classificação por categoria	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	Custo amortizado	26.401	15.697	26.401	15.697
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	132.480	72.030	132.480	72.030
Débitos com empresas ligadas	Custo amortizado	-	4.800	-	4.800
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	1.939	840	1.939	840
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	1.150	1.997	1.150	1.997
		161.969	95.364	161.969	95.364

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial em 31 de dezembro de 2024.

Derivativos instrumentos de hedge de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento da Companhia contra as variações de câmbio. As posições de dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições. Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía instrumentos derivativos.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Análise de sensibilidade

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão relacionados à variação do CDI para operações de empréstimos e debêntures. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da CDI vigente em 31 de dezembro de 2024, foi definido o cenário provável para o ano 2025, sendo calculadas variações de 25% a 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração o fluxo de caixa de vencimentos programados. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,50% para o ano 2025, respectivamente, e esse definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Taxa	31/12/2024	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Empréstimos e financiamentos	Aumento CDI	13,50%	132.480	17.885	22.356	26.827
Empréstimos e financiamentos	Diminuição CDI	13,50%	132.480	17.885	13.414	8.942

Gerenciamento de riscos - os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos devido aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31/12/2024			31/12/2023		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	26.401	-	26.401	15.697	-	15.697
Empréstimos e financiamentos	26.890	39.989	66.880	32.040	39.989	72.030
	53.291	39.989	93.280	47.737	39.989	87.727

b. Risco de crédito

A base de clientes da Companhia é bastante diversificada. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

c. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da parcela da dívida referenciada a CDI, que podem afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

d. Gestão de capital:

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha “rating” de crédito e relação de capital adequados, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	132.480	72.030
Passivo de arrendamento	1.150	1.997
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30.269)	(4.084)
(=) Dívida líquida	103.361	69.943
Patrimônio líquido	158.585	169.093
Dívida líquida e patrimônio líquido	261.946	239.036
Índice de alavancagem financeira	65,18%	41,36%

3.9. Operações de arrendamento

A Companhia, aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.10. Reconhecimento de receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- (d) É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia.
- (e) Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização e considerado um julgamento da administração para determinação do momento do reconhecimento, bem como, a segregação contratual entre receita de serviço e venda de produtos / locação.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias, licenciamento de uso de software, processamento de dados, assistência técnica e locação, implantação de software.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente as receitas de juros sobre fundos investidos, juros recebidos de clientes e multa de rescisórias de contrato com clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.13. Estimativas e premissas contábeis

As estimativas e premissas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das informações individuais, envolvendo estimativas críticas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Omnilink revisa as estimativas críticas e premissas anualmente, conforme descritos nos parágrafos seguintes.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- (a) Provisão para Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), nota explicativa 5

A Companhia reconhece para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos, de acordo com as diretrizes constantes do CPC 48 (IFRS 9)

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Provisão para Obsolescência de estoques, nota explicativa 6

A Companhia calcula a estimativa contábil com base em análises periódicas da Administração, considerando critérios como obsolescência, deterioração, perda de funcionalidade e baixa rotatividade. A provisão é registrada sempre que há evidência de que o valor realizável líquido dos estoques seja inferior ao seu custo de aquisição ou produção, garantindo que os estoques sejam apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

Os itens em obsolescência, perda de funcionalidade e baixa rotatividade são analisados pelo time de Produtos da Companhia no qual, periodicamente, ao avaliarem o Mercado, classificam as tecnológicas para a tomada de decisão.

Os itens retornados de campo, passam por uma análise técnica na Fábrica da Companhia, em Santa Rita, e na avaliação os itens são categorizados em: remanufatura, apto para uso ou descarte. Os itens categorizados para descarte são provisionados em trimestralmente, são descartados.

(c) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – nota explicativa nº14

A Omnilink avalia, a cada fechamento anual, se existe uma indicação de que um ativo pode apresentar redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicação, ou quando o teste anual de impairment de um ativo for necessário, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo ou UGC, que na determinação desse valor justo envolve julgamentos críticos, como projeções futuras e taxa de desconto, menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam amplamente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou uma UGC ultrapasse seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é baixado para seu valor recuperável.

A UGC da Companhia é a própria geração de caixa operacional, com isso a Omnilink baseia seu cálculo de impairment nos orçamentos e cálculos de projeção mais recentes. Esses orçamentos e cálculos de projeção geralmente cobrem um período de 5 anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada para projetar fluxos de caixa futuros após o terceiro ano.

A Companhia registra nesse subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados, até 31 de dezembro de 2008. Desde 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados, porém são submetidos ao teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

As perdas por impairment são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo deteriorado.

A Administração concluiu que o cálculo de impairment realizado não apresentou impactos na mensuração e com isso nenhum valor foi provisionado na demonstração financeira.

(d) Provisão para riscos vinculados a processos judiciais – nota explicativa nº22.

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- 1) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- 3) quando o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores detalhes na nota explicativa correspondente.

(e) Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia são reconhecidas em conformidade ao disposto no IFRS 15/CPC 47, ou seja, a receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para Companhia;
- Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

As receitas da Companhia compreendem: venda de produtos e mercadorias, licenciamento de uso de software, processamento de dados, assistência técnica e locação, implantação de software.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de lucro ou prejuízo do período, para lucro ou prejuízo operacional e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada de normas não é permitida no Brasil. A norma aplicável ao Brasil ainda será deliberada e emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia está trabalhando na identificação dos impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, o que dependerá ainda do estabelecimento do modelo de aplicação e eventuais determinações a serem localmente avaliadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando a emissão de seu normativo.

b) Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2):

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alterações às IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Por meio do projeto de Revisão Pós-Implementação do IFRS 9, o IASB concluiu que certos aspectos dos requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros (ou seja, os requisitos de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" ou SPPI aplicação consistente; principalmente para os ativos financeiros com características vinculadas a metas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como resultado, em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam endereçar a assimetria nas práticas contábeis aplicadas, permitindo que as empresas apliquem de forma mais uniforme as diretrizes de mensuração e classificação desses ativos, além de proporcionar maior transparência para os investidores e outros usuários das demonstrações financeiras. As alterações compreendem:

- Classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança (ESG) e características semelhantes: Essas características vinculadas a ESG em empréstimos podem influenciar a mensuração desses empréstimos, determinando se devem ser mensurados a custo amortizado ou a valor justo. As alterações esclareceram como os fluxos de caixa contratuais desses empréstimos devem ser avaliados com base nos critérios de pagamentos somente de principal e juros (SPPI); e
- Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônicos: as alterações esclarecem a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido. O IASB também decidiu desenvolver uma opção de política contábil para permitir que uma empresa desreconheça um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos.

As alterações entram em vigor para os períodos de relatórios anuais que se iniciarem em ou após 1º de janeiro de 2026.

d) Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com covenants

O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) de forma a melhorar as informações fornecidas por uma entidade quando o seu direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze (12) meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas. Em particular, as alterações visam esclarecer se tais cláusulas restritivas afetam se esse direito existe no final do período de reporte, se uma entidade for obrigada a cumprir essas cláusulas restritivas antes ou no final do período de reporte e exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam ser antecipados dentro de doze meses após o período de reporte, incluindo o valor contábil e a natureza das cláusulas restritivas e quando a entidade é obrigada a cumpri-las e, fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode ter dificuldade em cumprir com tais cláusulas restritivas.

As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não são esperadas que produzam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, devido ao histórico cumprimento por parte da Companhia das cláusulas restritivas aplicáveis, bem como a consistência entre as políticas de classificação entre passivos circulantes e não circulantes aplicadas pela Companhia.

e) Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”

O IASB modificou as alterações emitidas ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para adicionar requisitos de mensuração subsequente para transações de venda e retroarrendamento (“leaseback”) que satisfaçam os requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para serem contabilizadas como uma venda. As alterações exigem que um vendedor subsequentemente mensure os passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação de forma que não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém.

As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não são esperadas que produzam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos (a)	6.130	3.238
Títulos de capitalização (b)	49	45
Certificados de depósitos bancários – CDB (c)	24.090	801
	<u>30.269</u>	<u>4.084</u>

- (a) Os saldos da rubrica “caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil;
- (b) Títulos de capitalização remunerados por taxa referencial básica atrelada à caderneta de poupança;
- (c) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média é de 100% da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e seus valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	71.300	38.141
(-) Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes (PECLD)	(4.947)	(2.290)
	<u>66.353</u>	<u>35.851</u>
Ativo circulante	63.847	34.456
Ativo não circulante	2.506	1.395

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento bruto das perdas estimadas, conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento:

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A Faturar	1.899	872
A vencer	48.735	28.589
Vencidas:		
Até 30 dias	7.156	3.502
De 31 a 90 dias	4.605	2.641
De 91 a 180 dias	4.054	2.537
De 181 a 360 dias	4.852	-
(-) PECLD	(4.947)	(2.290)
	<u>66.353</u>	<u>35.851</u>

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de conta a receber de clientes está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.924)
Adições	(5.758)
Perdas efetivas	5.392
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.290)
Adições	(9.041)
Perdas efetivas	6.384
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(4.947)</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Matéria-prima	3.320	5.070
Produtos em elaboração	356	1.863
Produtos acabados	6.327	6.074
Mercadorias para revenda	3.492	7.192
Equipamento e peças em poder de terceiros (b)	27.361	21.423
Materiais de consumo e importações em andamento	1.110	1.332
	<u>41.966</u>	<u>42.954</u>
Provisão para perdas nos estoques (a)	(8.017)	(10.694)
	<u>33.949</u>	<u>32.260</u>

- (a) O saldo registrado corresponde, substancialmente, à estimativa de perdas decorrentes da obsolescência e da baixa rotatividade de determinados itens. Essa provisão é constituída com base em análises periódicas da Administração, considerando fatores como histórico de movimentação, condições de mercado, evolução tecnológica e perspectivas de realização futura dos estoques.
- (b) A Companhia mantém parte de seu estoque de equipamentos e peças em poder de terceiros com o objetivo de otimizar suas operações e garantir maior eficiência na execução de serviços e entregas. Os itens estão distribuídos da seguinte forma: Técnicos de manutenção: Estoque estratégico mantido com os técnicos para facilitar e agilizar os atendimentos e reparos solicitados pelos clientes. Armazéns externos: Produtos armazenados em locais estratégicos para garantir uma distribuição rápida e eficiente conforme a demanda operacional. Todos os estoques em poder de terceiros são monitorados periodicamente para assegurar controle adequado.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9.029)
Constituição de provisão	(5.055)
Baixa de itens do estoque	3.3390
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.694)
Constituição de provisão	(5.388)
Baixa de itens do estoque	8.065
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(8.017)</u>

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS a recuperar (a)	2.950	6.240
Crédito financeiro lei da informática 13.969/2019 (b)	460	1.887
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	237	218
Outros impostos a recuperar	458	201
	<u>4.104</u>	<u>8.547</u>

- (a) Os créditos de ICMS foram gerados de operações de aquisições de serviços de comunicação por satélite e de transferência para terceiros, em operações de assistência técnica e serão compensados com débitos decorrentes de vendas no mercado interno. De acordo com as projeções financeiras da Companhia, os respectivos créditos serão recuperados em até 12 meses.
- (b) A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos fiscais implementado pela Lei nº 8.248, 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei da Informática”. Esta nova legislação para setor de tecnologia da informação e comunicação (TICs).

8. Adiantamentos

A Companhia realiza antecipações a fornecedores com objetivo de viabilizar algumas aquisições. Os adiantamentos são reconhecidos no momento da transferência dos recursos e recebimento do documento fiscal.

Abaixo a composição do saldo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos a Fornecedores	3.195	352
Adiantamentos diversos	188	196
	<u>3.384</u>	<u>547</u>

9. Imposto de renda e contribuição social diferido

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2024, é:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adições temporariamente indedutíveis		
Provisões para perdas de estoques	2.726	3.636
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	2.503	2.173
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.682	779
Provisão de serviços prestados	530	277
Outras provisões	-	1.074
	7.441	7.938
Base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	77.683	84.151
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	86.481	92.090
Mais valia do valor justo sobre propriedades para investimentos	(6.884)	(3.805)
Passivos de arrendamento	(1.251)	(653)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	(2.078)	(779)
Realização do ágio incorporado	(34.972)	(34.972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(45.185)	(40.209)
	<u>41.297</u>	<u>51.881</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ (R\$ 229.999 em 31 de dezembro de 2024), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e a contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	40.061	24.238
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	2.657	366
Provisão para perda de estoques	(2.677)	1.665
Ajuste ao valor presente de contas a receber de clientes	(1.238)	(626)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(9.057)	-
Demais movimentações temporárias	(3.525)	(1.620)
Movimentações permanentes	1.240	(1.440)
Total efetivo da despesa de tributos	<u>27.460</u>	<u>22.584</u>
(-) Compensação de prejuízos fiscais (30%)	(9.540)	(6.775)
(-) Utilização prejuízo fiscal para abatimento de impostos	(762)	-
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	24%	24%
Ajuste adicional IRPJ	10%	10%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.822)	20.426
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.336)	(4.617)
Alíquota efetiva	<u>15,15%</u>	<u>22,08%</u>

10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, conforme determinado pelo CPC 28, as propriedades para investimento são:

Terrenos	Cidade
Desmembramento do Sítio das Flores	Candeias/BA
Fazenda Três Corações (área menor)	Candeias/BA
Fazenda Três Corações	Candeias/BA
Estrada da Servidão	Candeias/BA

A mensuração e avaliações técnicas são realizadas por uma empresa externa e independente, a metodologia de trabalho, baseou-se nas diretrizes determinadas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, nos quais regulamentam conceitos e estabelecem os critérios a serem utilizados, bem como, as melhores práticas de avaliações de ativos no Brasil.

O método aplicado para as avaliações é o comparativo direto de dados do mercado, no qual leva em consideração os itens abaixo:

- Fator área: Visa corrigir a diferença entre as áreas dos imóveis, considerando que áreas menores podem apresentar preços mais altos por metro quadrado.
- Fator topografia: Baseia-se nas características do relevo de cada imóvel, visando corrigir as distorções de preço decorrentes das diferenças de declividade entre os terrenos.
- Valor justo: Valor mais provável pelo qual uma propriedade seria negociada em uma data de referência, entre o vendedor e o comprador, sem compulsão, dentro das condições de mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor justo atribuído destas propriedades é de R\$ 32.171, o valor de ajuste ao valor justo no período é de R\$ 9.057, o valor foi classificado no resultado da companhia, na rubrica, outras receitas e despesas operacionais.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.114
Aquisições	-
Ganho/(perda) líquido de ajuste a valor justo	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.114
Aquisições	-
Ganho/(perda) líquido de ajuste a valor justo	9.057
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>32.171</u>

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Rastreadores em comodato	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento	Adiantamento de Consórcios	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.719	799	858	372	280	773	5	-	103	25.909
Adições	4.771	701	122	90	88	39	14	-	166	5.990
Baixa	-	(46)	-	-	-	(681)	(5)	-	-	(731)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(5.519)	(308)	(140)	(80)	(73)	(101)	-	-	(88)	(6.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.971	1.146	840	382	295	30	14	-	181	24.859
Adições	7.259	2	1.065	24	48	131	8.821	1.548	-	18.898
Baixa	-	(183)	(364)	-	-	-	(14)	-	(14)	(575)
Transferências	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Depreciação	(5.379)	(336)	(204)	(84)	(79)	(81)	-	-	(37)	(6.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.851	624	1.337	322	264	80	8.821	1.548	130	36.977

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Direito de uso

O saldo de direito de uso apresentado pela refere-se integralmente a aluguéis de imóveis e veículos utilizados pelos setores operacionais e administrativos.

	Período médio de amortização	31/12/2024	31/12/2023
		1, 5 anos	229
Contratos de aluguéis de imóveis			
Contratos de aluguéis de veículos	2 anos	857	1.668
		1.086	1.920

Abaixo estão apresentadas as movimentações do direito de uso da Omnilink:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.024
Reajuste de preço/Juros	728
Amortização de ativo de direito de uso	(1.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.920
Adições	197
Reajuste de preço/Juros	881
Amortização de ativo de direito de uso	(1.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.086

13. Intangível**a. Movimentação de agio**

	Control Loc	Rodosis	ControlSat	Ágio - CISR	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.823	-	-	70.035	102.858
Custo Amortização	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.823	-	-	70.035	102.858
Custo Amortização	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.823	-	-	70.035	102.858

Os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até dez anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém, são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração, com base nos orçamentos utilizando-se de informações disponíveis de desempenhos anteriores.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Demais ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis é como segue:

	Desenvolvimento novos produtos (a)	Softwares	Marcas e patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.233	316	10	16.559
Adições	4.962	66	-	5.027
Baixa	(714)	-	-	(714)
Transferências	22	-	-	22
Amortização	(3.435)	(234)	-	(3.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.068	147	10	17.225
Adições	6.299	29	-	6.328
Baixa	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Amortização	(4.436)	(77)	-	(4.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.931	100	10	19.040

- (a) Compreende gastos com desenvolvimento de produtos e serviços (substancialmente relacionados ao desenvolvimento de novos rastreadores e soluções tecnológicas para gestão de frotas e telemetria). A amortização é calculada pelo método linear, no prazo máximo de sete anos, a partir do início da comercialização dos produtos e/ou serviços.

14. Cálculo do valor recuperável (*impairment*) de ágio

Em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) referente ao *goodwill* registrado no ativo, considerado como unidade geradora de caixa (UGC) para fins da análise.

O teste foi conduzido com base na metodologia de valor em uso, por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros descontados. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, foi utilizada uma taxa de desconto equivalente ao WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 20% ao ano.

Com base nas premissas adotadas e nos resultados obtidos, não foram identificados indícios de perda no valor recuperável do *goodwill* avaliado.

15. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores Nacionais diversos	23.791	10.640
Fornecedores de Telefonia, fretes e consumo	2.424	3.193
Demais fornecedores	185	1.864
	26.401	15.697

16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Capital de giro	14.919	14.893
Financiamento de importação	12.420	3.219
Conta garantida	-	3.563
Financiamento de aquisição de veículos	612	152
Debentures (a)	55.900	51.627
Nota comercial (a)	50.083	-
(-) Custo de empréstimos	(1.455)	(1.424)
	132.480	72.030
Circulante	26.890	32.040
Não Circulante	105.589	39.989

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui obrigações relacionadas ao contrato da dívida (*covenants*) junto a instituição financeira emitente das Debentures com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras até o 10º dia útil de abril do ano subsequente ao do encerramento do exercício, (ii) razão entre dívida líquida e o EBITDA: igual ou inferior a 2, e para a instituição financeira emitente da Nota comercial: (i) apresentação das demonstrações financeiras até o 10º dia útil de abril do ano subsequente ao do encerramento do exercício, (ii) razão entre dívida líquida e o EBITDA: igual ou inferior a 3.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cálculo dos *covenants*

· Debêntures

$$\frac{\text{Dívida líquida}}{\text{EBTIDA}} \leq 3$$

Resultado 1,33

· Nota Comercial

$$\frac{\text{Dívida líquida}}{\text{EBTIDA}} \leq 2$$

Resultado 1,33

a. Movimentação dos saldos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros provisionas e encargos apropriados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
72.030	126.751	(79.082)	(10.459)	23.240	132.480

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Cronograma de amortização

Instituição financeira	Tipo empréstimo	Saldo							Demais anos	Taxa de juros anual (média)	Garantias
		31/12/2024	2025	2026	2027	2028	2029				
Caixa Econômica Federal	Capital de giro	8.906	2.956	629	423	423	423	4.052	12,87%	Aval do acionista, cessão de recebíveis de clientes	
Banco Bradesco	Capital de giro	913	913	-	-	-	-	-	11,88%	Aval do acionista	
Safra	Capital de giro	4.637	3.672	965	-	-	-	-	7,25%	Aval do acionista	
Banco Industrial	Capital de giro	463	463	-	-	-	-	-	16,90%	Aval do acionista	
Sofisa	Financiamento para importações	10.239	227	2.556	2.556	2.556	2.343	-	8,79%	Aval do acionista	
Itaú	Financiamento para importações	2.181	2.181	-	-	-	-	-	8,84%	Aval do acionista	
Itaú	Financiamento de veículos	612	143	135	135	124	74	-	16,48%		
Banco Bradesco	Debentures	55.900	12.452	12.414	12.414	12.414	6.207	-	15,40%	Aval do acionista, cessão de recebíveis de clientes	
Banco do Brasil	Nota comercial	50.083	4.205	12.202	12.246	12.246	9.184	-	14,95%	Aval do acionista, cessão de recebíveis de clientes e alienação das propriedades para investimento	
		133.934	27.213	28.901	27.774	27.763	18.231	4.052			

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivo de arrendamento

Abaixo estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento da Companhia registrados a valores presentes, com a taxa variando por ativo de 14,15%*:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos de arrendamento		
Contratos de aluguéis de imóveis	236	270
Contratos de aluguéis de veículos	913	1.727
	1.150	1.997
Circulante	1.150	1.385
Não Circulante	-	612

* A projeção do CDI para o ano de 2024 foi de 10,03%, a companhia adota a escolha conservadora da taxa em 11,15% como CDI, acrescida de 3% para a taxa de desconto. A decisão está adequada com a prática de captação de financiamento. Com isso, levando em consideração o cenário econômico, a Omnilink considera como razoável utilizar 14,15% da taxa atual para cálculo da adoção de arrendamentos.

A movimentação dos arrendamentos a pagar no final do exercício é:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.103
Reajuste de preço/Juros	832
Pagamentos	(1.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.997
Adições	(197)
Reajuste de preço/Juros	(1.013)
Pagamentos	(1.938)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.150
Circulante	1.150
Não circulante	-

18. Obrigações Trabalhistas e Previdenciária

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para férias e encargos sociais	3.387	3.128
Participação nos lucros e resultados	-	1.472
Instituto nacional de seguridade social - INSS	737	646
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	291	234
Outros	543	314
	4.959	5.795

19. Impostos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.190	643
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	948	2.434
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	500	2.241
Imposto sobre serviços – ISS	472	480
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	431	405
Programa integração social - PIS	205	525
IRPJ a recolher	-	1.021
CSLL a Recolher	-	445
Outros	446	337
	4.192	8.529

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições parcelados

A companhia possui obrigações fiscais decorrentes de tributos federais, estaduais e municipais que foram objeto de parcelamento junto aos órgãos competentes. Os tributos parcelados são reconhecidos no passivo conforme o saldo devedor atualizado, ajustado pelos encargos financeiros, multas e juros, quando aplicáveis. Esses parcelamentos referem-se a:

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	11.454	8.980
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	8.629	7.649
Instituto nacional de seguridade social – INSS	5.075	7.368
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	701	2.228
Programa de integração social – PIS	2.034	2.029
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	717	1.228
Imposto de renda – IRPJ	5.146	1.099
Imposto sobre serviços – ISS	741	1.050
Contribuição social – CSLL	1.730	562
Outros	679	101
	36.904	32.294
Passivo circulante	12.816	9.987
Passivo não circulante	24.088	22.307

21. Benefícios fiscais

a. ICMS

A Companhia possui, no Estado de Minas Gerais, benefícios que dão direito à isenção e às restituições de impostos, que asseguram o direito ao diferimento do ICMS na importação de máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado, na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de seus produtos, na aquisição, por meio de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, exceto energia elétrica e serviço de comunicação, e na importação de produtos de informática, telecomunicação, eletrônicos e eletroeletrônicos, além de recuperar o ICMS na figura do crédito presumido. Os benefícios fiscais são contabilizados diretamente ao resultado, a título de crédito presumido do ICMS, na rubrica “Deduções de vendas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esses benefícios fiscais geraram créditos de R\$1.126 e R\$2.329 respectivamente.

b. IPI

A Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, usualmente conhecida como “Lei de Informática”. Esta nova legislação para o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs), passou a ser denominada Lei de TICs. As alterações definidas nesta nova legislação iniciaram a partir de 1º de abril de 2020, sendo que as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior. Com base nessa nova legislação a partir de 1º de abril de 2020 as empresas beneficiadas pela Lei de TICs poderão usufruir de um crédito financeiro em substituição ao benefício de redução do IPI, presente na legislação anterior. Este crédito financeiro será convertido em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens e serviços de informática, que corresponde a 4% do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática, incentivados na forma desta Lei. Esta legislação terá vigência até 31 de dezembro de 2029. O respectivo benefício fiscal é contabilizado no resultado na rubrica de outras (despesas) operacionais, líquidas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o benefício refletido no resultado foi de R\$462 e R\$3.881, respectivamente.

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para riscos e depósitos judiciais

A Omnilink é parte envolvida em ações administrativas e judiciais de natureza civil, tributária e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As provisões apresentadas a seguir representam o montante avaliado por especialistas contratados pela administração referente aos processos com estimativa de perda provável. A administração avalia que o saldo provisionado é suficiente para cobrir eventuais perdas judiciais dos processos em andamento:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais
Trabalhistas (a)	184	30	1.013	64
Tributários (b)	4.496	346	3.212	346
Obrigações com terceiros (c)	459	-	450	-
Cíveis (d)	2.381	885	1.860	935
	7.519	1.260	6.535	1.345

- (a) Referem-se, substancialmente, a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda em discussão judicial.
- (b) Referem-se a discussão com a Agência Nacional do Cinema- (ANCINE”), relativa a incidência de contribuição “CONDECINE”, nas atividades da Companhia e exigibilidade suspensa por medida judicial liminar de ação de INSS.
- (c) Referem-se a saldo de provisão de estimativa de honorários advocatícios sobre processos tributários (“sucess fee”), com classificação de risco possível.
- (d) Referem-se, principalmente, a ações movidas por clientes pleiteando danos morais em decorrência da alegação de falhas nos serviços prestados.

A movimentação das provisões é como segue:

	Trabalhistas (a)	Tributários (b)	Obrigações com terceiros (c)	Cíveis (d)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.893	2.211	548	2.786	7.438
Adições/Reversões	(770)	961	157	294	642
Atualização monetária	304	40	42	124	510
Pagamentos	(414)	-	(297)	(1.329)	(2.040)
Transferências	-	-	-	(15)	(15)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.013	3.212	450	1.860	6.535
Adições/Reversões	(99)	1.173	(2)	379	1.451
Atualização monetária	59	116	11	279	465
Pagamentos	(789)	(5)	-	(137)	(932)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	184	4.496	459	2.381	7.519

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais relacionadas a certas posições fiscais, cuja análise atual de prognóstico, com base na avaliação da Administração, é de que serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores, em linha com as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado a seguir:

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributários	67.980	29.732
Trabalhistas	1.433	2.545
Cíveis	5.789	7.066
	<u>75.202</u>	<u>39.343</u>

23. Capital social e reservas**a. Capital subscrito e integralizado e reserva de lucro**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$103.669, representado por 13.355.660 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e pertencente ao único acionista da Companhia, Show Prestadora de Serviço do Brasil Ltda.:

	<u>Quantidade de ações – milhares</u>	<u>Capital</u>	<u>Valor por ação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.556	103.669	8
Ações emitidas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.556	103.669	8

b. Reserva de Incentivos fiscais

Os valores registrados nesta conta ao final de 2024 é de R\$4.306, referem-se a crédito presumido do ICMS para subvenção para custeio na unidade fabril da Companhia, situada em Minas Gerais.

c. Outras reservas

	<u>Reservas de lucros</u>		<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>
	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Investimentos ao valor justo por meio de outros result. abrangentes</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.146	53.512	5.587
Ganho de ajustes a valor justo de propriedades para investimento	-	-	9.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(3.079)
Constituição de reserva legal	1.145	-	-
Compensação de saldo entre partes relacionadas	-	(18.758)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.291	34.754	11.565

d. Dividendos

A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização dos Pagamentos dos Dividendos, ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia. Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi creditado ao acionista dividendos, respeitando o mínimo obrigatório, no montante de R\$14.653 em 31 de dezembro de 2024. O valor dos respectivos dividendos mínimos, bem como saldo remanescente de anos anteriores, foi compensado com saldos de créditos com empresas ligadas.

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, de acordo com o Estatuto Social, está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	22.902	40.047
Constituição de reserva de subvenção para incentivos fiscais	(1.127)	(2.329)
Ajuste de avaliação Patrimonial, líquido	(5.978)	-
Constituição de reserva legal	(1.145)	(2.002)
Lucro líquido base para cálculo de dividendos	14.653	35.716
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar – 25%	3.663	8.929

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita líquida de vendas e serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de produtos e mercadorias	102.000	82.404
Licença de uso de software	143.174	131.572
Serviços de assistência técnica	28.460	25.992
Comunicação e processamento de dados	30.329	24.332
Monitoramento (auxílio na localização)	1.432	1.811
Locações	240	37
Deduções de vendas		
(-) Impostos sobre vendas de produtos e mercadorias	(22.533)	(20.406)
(-) Impostos sobre vendas de serviços	(18.673)	(17.381)
(-) Devoluções de vendas	(6.764)	(5.757)

Receita líquida de vendas de produtos e serviços

257.665	222.606
----------------	----------------

25. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Salários, provisões, encargos e benefícios	(57.714)	(44.349)
Custos dos produtos vendidos	(46.643)	(35.157)
Telefonia de dados e comunicação por satélite	(38.760)	(30.851)
Depreciações e amortizações	(13.226)	(11.487)
Custos com assistência técnica	(11.094)	(8.614)
Data center, telemetria e licença de uso	(10.616)	(13.878)
Viagens e deslocamentos	(4.838)	(4.493)
Provisão para obsolescência e perdas de estoques	(4.140)	(5.055)
Gasto com aluguéis diversos	(3.505)	(3.163)
Despesas com fretes	(3.237)	(1.767)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.950)	(5.758)
Despesas com eventos	(2.597)	(1.192)
Consultorias diversas	(1.996)	(4.254)
Assessoria financeira, técnica e contábil	(977)	(2.575)
Provisão para riscos	(830)	(779)
Crédito financeiro lei da informática 13.969/2019	462	3.881
Resultado de avaliação a valor justo, outros ativos	9.057	-
Outras Despesas	(324)	(114)
	(193.928)	(169.605)
Gastos por função		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(129.802)	(109.607)
Despesas gerais e administrativas	(19.662)	(18.774)
Despesas com vendas	(32.948)	(26.693)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(7.799)	(4.489)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.508	1.444
Depreciações e Amortizações	(13.226)	(11.487)
	(193.928)	(169.605)

Omnilink Tecnologia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro**Receitas financeiras**

Juros ativos	1.141	1.131
Juros sobre contratos de clientes	1.373	591
Variações cambiais sobre fornecedores	344	429
Atualização monetária sobre indenizações a receber	-	297
Rendimentos sobre aplicações financeiras	480	209
Demais receitas financeiras	1.318	1.561

4.656 **4.219**

Despesas financeiras

Juros e prêmios sobre debêntures	(9.457)	(12.026)
Juros sobre impostos e contribuições	(6.286)	(8.459)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.084)	(4.800)
Juros antecipações de recebíveis de clientes	(2.784)	(1.808)
Despesas bancárias	(800)	(696)
Juros passivos	(898)	(1.410)
Variações cambiais	(1.170)	58
Prêmio e comissões sobre operações financeiras	(304)	(162)
Juros sobre passivos de arrendamento	(194)	(183)
Demais despesas financeiras	(356)	(3.497)

(28.332) **(32.982)**

Resultado financeiro, líquido

(23.676) **(28.763)**

27. Cobertura de Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em 31 de dezembro de 2024, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	31/12/2024 Importância segurada*
Responsabilidade civil	Proteção através de pagamento e/ou reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pelo segurado, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil, arbitral ou administrativo.	10.000
Seguro predial (SP)	Proteção à danos elétricos, quebra de vidros e vazamentos	7.580
Seguro predial (MG)	Proteção à danos naturais, incêndios e danos elétricos	3.083

28. Transações que não impactaram o fluxo de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Compensação de dividendos a pagar com o saldo de indenizações a receber	16.574	8.929
Mensuração de contratos de direito de uso e passivo de arrendamento	132	649

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 2E4CC754-8DE6-43DE-BE73-41513602F6EF

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Omnilink Tecnologia S.A. - Parecer de auditoria e DFs - vf - 15042024 ...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 40

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Alisson Cassani

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

alisson.cassani@pwc.com

Endereço IP: 34.100.9.85

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Alisson Cassani

Local: DocuSign

15 de abril de 2025 | 17:47

alisson.cassani@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

15 de abril de 2025 | 17:53

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Sérgio Eduardo Zamora

sergio.zamora@pwc.com

Partner

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

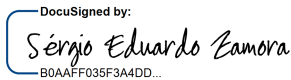
Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura

DocuSigned by:

 B0AAFF035F3A4DD...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Registro de hora e data

Enviado: 15 de abril de 2025 | 17:48

Visualizado: 15 de abril de 2025 | 17:52

Assinado: 15 de abril de 2025 | 17:53

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Alisson de Sousa Cassani

Copiado

Enviado: 15 de abril de 2025 | 17:53

alisson.cassani@pwc.com

Reenviado: 15 de abril de 2025 | 17:53

Manager

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Jefferson Alves da Silva jefferson.alves@pwc.com PwC - Socio PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 15 de abril de 2025 17:53
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	15 de abril de 2025 17:48
Entrega certificada	Segurança verificada	15 de abril de 2025 17:52
Assinatura concluída	Segurança verificada	15 de abril de 2025 17:53
Concluído	Segurança verificada	15 de abril de 2025 17:53

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------